

# Estudo Técnico Preliminar 24/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.110015/2023-13

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Conforme relatado do processo 35014.171390/2021-60, a Agência da Previdência Social em Pelotas/RS, vem sofrendo com a carência de um sistema eficiente de climatização de ar. Existe na referida agência uma central do tipo Self, dutada, com aproximadamente 20 anos de uso, com funcionamento precário devido ao desgaste natural do equipamento e tecnologia totalmente obsoleta. Além disso, o restante do prédio possui muitas salas que são climatizadas por equipamentos do tipo ACJ, muito antigos, ineficientes e com ruído elevado.

2.2 No intuito de sanar o problema, o INSS, por meio do processo 35014.171390/2021-60 contratou a instalação de novos equipamentos, com moderna tecnologia de forma a proporcionar um conforto térmico setorizado para os servidores e segurados que utilizam diariamente as dependências do prédio do INSS em Pelotas, além de possibilitar uma considerável redução do consumo de energia elétrica, pela utilização predominante de equipamentos do tipo inverter, que por utilizarem inversores de frequência, reduzem de 40% a 70% o consumo.

2.3 No entanto, as instalações elétricas existentes que atendiam o sistema de climatização antigo foram dimensionadas para a central e equipamentos fabricados a mais de 20 anos, não sendo adequadas para a alimentação dos novos equipamentos de ar condicionado.

2.4 O prédio da GEX e APS Pelotas não possui a infraestrutura elétrica necessária para permitir a energização dos novos equipamentos, uma vez que são necessários circuitos exclusivos para cada equipamento, quadros elétricos de distribuição dedicados para o sistema de ar condicionado. É um caso anômalo, onde requer uma grande adaptação do sistema elétrico do imóvel. Esperávamos poder realizar as adequações através da manutenção predial. Entretanto, devido ao valor esperado, não foi possível.

2.5 Para que os equipamentos de ar condicionado possam entrar em pleno funcionamento é necessária a instalação da infraestrutura elétrica para energização dos mesmos, levando em conta a potência demandada por cada equipamento, características de alimentação elétrica e proteção estabelecidas pelo fabricante, bem como o local de instalação das condensadoras e evaporadoras.

2.6 É importante ressaltar que para assegurar a segurança das pessoas e do patrimônio as instalações elétricas, dedicadas aos equipamentos de ar condicionado, deverão atender a norma NBR 5410 e demais normas de segurança elétrica.

2.7 Manter a qualidade do ar de interiores dos ambientes públicos climatizados, dentro dos padrões ideais de saúde, considerando o bem-estar, o conforto, a produtividade e o absenteísmo ao trabalho dos ocupantes dos referidos ambientes e a sua inter-relação com a variável qualidade de vida.

2.8 Salientamos que os serviços aqui relacionados constituem uma solução para possibilitar o funcionamento dos equipamentos de ar condicionado adquiridos.

2.9 Além disso, tal contratação faz-se necessária em virtude da indisponibilidade de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental e material ou pouca agilidade para mobilização dos mesmos, e ainda a necessidade de conservação do patrimônio público.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DENGPAL - Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário	Rafael Lipski

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade: É necessário o pleno atendimento aos normativos da ABNT, legislação vigente, bem como atendimento as boas práticas de engenharia.

4.1.2. Serviço continuado ou não: O serviço possui natureza não continuada, encerrando posteriormente a execução das especificações do projeto, bem como o atendimento das demais normativas que estarão descritas posteriormente no Termo de Referência.

4.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade: Estarão descritas no Termo de Referência todas as especificações técnicas a serem utilizadas, visando o atendimento as boas práticas de engenharia e sustentabilidade da contratação.

4.1.4. Duração inicial do contrato: O contrato terá duração de 8 meses, e a execução prevista para duração de 4 meses.

4.1.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: Não se aplica. O projeto técnico pertence ao INSS.

4.1.6. Quadro com soluções de mercado: Empresa deverá possuir profissional habilitado para responsabilidade e/ou execução dos serviços, conforme determinação do CREA.

4.2. A empresa licitante deverá apresentar a declaração formal da sua disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalações físicas apropriadas e específicas, e pessoal técnico especializado, para o cumprimento do objeto da licitação.

4.3. Todos os trabalhos serão executados por equipe especializada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT correspondentes a cada serviço que se farão constantes na elaboração do respectivo Termo de Referência.

4.4. A contratada ficará responsável por quaisquer danos que venham a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços contratados, reparando-os às suas custas, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do INSS.

4.5. Todos os serviços involuntariamente não explícitos, mas necessários ao atendimento eficiente do objeto a ser contratado, serão de responsabilidade da contratada.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A contratação pretendida alinha à política que o Governo Federal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

5.2. Além disso, a contratação pretendida é corriqueira no mercado, inclusive já feita pelo próprio INSS, onde inúmeras empresas prestam o respectivo serviço, atendendo na plenitude as necessidades da administração.

5.4. Para compor o Termo de Referência, deverá ser elaborado pela equipe técnica do INSS, o Orçamento Estimativo, que estará acompanhado dos preços unitários das tabelas referenciais do SINAPI, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. Para elaboração do mesmo deverão ser observados:

5.4.1. Tendo como base o Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública federal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, em seu Art.3º, estabelece que na elaboração do custo global de referência de obras e serviços de Engenharia deverá ser utilizado o SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica Federal – CEF, e além disso, no Art.º6, em caso de inviabilidade de usar o SINAPI, poderá ser utilizado dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

5.4.2. Desta forma, os valores de insumos e índices de composições serão obtidos principalmente através da Tabela de Preços SINAPI RS (analítica; sintética e insumos, com fonte no site oficial da CAIXA), e para as situações onde os insumos e as composições são inexistentes na base SINAPI, deverá ser utilizado outras bases com tabelas de referências aprovadas, porém alertamos que os valores de mão de obra serão usados da base do SINAPI.

5.4.3. O Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS, Seção 12 – Diretrizes para Elaboração de Orçamento Estimativo.

5.4.4. O Sistema Orçafascio, adquirido pela Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário - CGEPI e disponível online através do site <https://www.orcafascio.com/>, que contempla as ferramentas de orçamento sintético, orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, memorial de cálculo, integração com planilhas do Excel, discriminação de mão de obra de materiais e de equipamentos, discriminação de leis sociais e BDI por insumo ou composição, entre outros.

5.4.5. Na adoção da Bonificações e Despesas Indiretas – BDI para essa contratação foi considerada a orientação do Memorando – Circular Conjunto nº 8/ 2013 – DIPRO/ CGEPI/ CGRLOG/ DIROFL/ INSS, de 09/ 10/ 2013. Bem como atenção aos percentuais adotados foram calculados conforme Acordão TCU - Plenário nº 2622/ 2013.

5.4.6. A alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS para Pelotas/RS, é de 3,50% com embasamento legal e obtido LEI MUNICIPAL Nº 3.330, DE 16/12/2011 - *Decretos nºs 125/2012, 099/2013, 119/2014; 111/2015, 092/2016, 131/2017, 112/2018, 010/2019, 125/2019, DDA TAXA DE EXPEDIENTEM 170/2020*. 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

5.4.7. Em relação à contribuição previdenciária, conforme a Lei nº 13.161/2015 que alterou o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, a partir de 01/12/2015, foi abolido o caráter obrigatório do recolhimento das contribuições previdenciárias mediante alíquota da receita bruta para as empresas enquadradas nos grupos 412, 432, 433 ou 439 do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0. Passou a ser opção dessas empresas o recolhimento da contribuição previdenciária pela CRPB (alíquota de 4,5%) ou pela forma tradicional definida no art. 22 da Lei nº 8.212/1991.

5.4.8. Serão elaboradas planilhas com desoneração e oneração da mão de obra (as duas formas de tributação: com CPRB e a da Lei 8.212, respectivamente), tendo os detalhes dos percentuais de BDI adotados encontrarão no Projeto Básico, que serão anexos do Edital.

5.4.9. Os preços de insumos de mão de obra do SINAPI são acrescidos dos custos com Encargos Sociais incidentes sobre a folha de pagamentos de salários em decorrência do que estabelece a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, a Constituição Federal de 1988, e as leis específicas e as convenções coletivas de trabalho. O cálculo dos percentuais que incidem sobre os insumos de mão de obra é realizado para cada capital brasileira, atualizado quando necessário e considera dados regionais como rotatividade, feriados locais e dias de chuvas, para apuração o mais próximo da realidade local.

5.4.10. Neste modelo, informamos que os percentuais dos Encargos Sociais que são direitos concedidos ao trabalhador por lei (são obrigatórios) incidentes sobre sua folha de pagamento. Consiste em valores pagos pelo empregador com o objetivo de custear programas e projetos em prol do empregado. Foram adotados os divulgados pela Caixa Econômica Federal, tendo base o Livro SINAPI – Metodologias e Conceitos (8ª Edição), onde constam as informações necessárias à compreensão do desenvolvimento e manutenção das referências técnicas do SINAPI.

5.4.11. Portanto a planilha final abrangerá todos os serviços necessários conforme Especificações Técnicas, com o fornecimento de toda a mão de obra, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços contemplados neste ETP e que farão parte do certame consistem no fornecimento e na instalação de infraestrutura elétrica para alimentação de equipamentos de ar condicionado do tipo Split hi-wall e Split Piso/Teto e/ou Teto, a serem prestados conforme especificações e rotinas estabelecidas no Termo de Referência, observando-se a melhor técnica e as normas aplicáveis, nos quantitativos contratuais.

6.2 A contratação consiste em um conjunto de atividades que visam assegurar a capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, preservando-lhes as características e o desempenho.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos estarão descritos no Termo de Referência e demais anexos, após conclusão de todo levantamento físico realizado na vistoria técnica, dimensionamento e cálculo da infraestrutura elétrica para energização dos equipamentos instalados no processo 35014.171390/2021-60, levando em conta a potência demandada por cada equipamento, características de alimentação elétrica e proteção estabelecidas pelo fabricante, local de instalação das condensadoras e evaporadoras, bem como dimensionamento de quadros elétricos de distribuição dedicados para o sistema de ar condicionado.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 143.707,32

8.1. A estimativa da contratação estará prevista no Termo de Referência e será obtida com a utilização das fontes homologadas pelo INSS ( SINAPI, ORSE, SBC) e se necessário através de pesquisa de mercado.

8.2. Além disso, faz-se necessário o planilhamento de todo o quantitativo de materiais a serem utilizados, insumos, composições, serviços, que estará contemplado no projeto.

8.3. Ademais, fizemos uma estimativa, conforme abaixo, que será revisada durante a elaboração do Termo de Referência, mas estará muito próxima da necessidade a ser contratada.

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
15			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					143.707,32	100,00 %
15.1			QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO					21.414,00	14,90 %
15.1.1			QD 01					10.646,00	7,41 %
15.1.1.1	E-02.005	Próprio	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, EM CAPA DE AÇO, PARA 200A, 100X60X25CM, COM 10 CIRCUITOS TRIFÁSICO, EXCLUSIVE OS DISJUNTORES – COMP.REF.: 9281/ORSE	un	1	4.854,11	5.999,67	5.999,67	4,17 %
15.1.1.2	101896	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10 /2020	UN	2	648,96	802,11	1.604,22	1,12 %
15.1.1.3	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10 /2020	UN	1	433,65	535,99	535,99	0,37 %
15.1.1.4	E-02.023	Próprio	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO PADRÃO DIN TRIPOLAR 63 A 70A, CAPACIDADE DE RUPTURA 10KA – COMP.REF.: 93673 /SINAPI	un	2	155,85	192,63	385,26	0,27 %
15.1.1.5	E-02.025	Próprio	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 63A–240 V, CURVA C, CAPACIDADE DE RUPTURA 5KA – COMP.REF.: 93659/SINAPI	un	3	28,47	35,18	105,54	0,07 %
15.1.1.6	E-02.015	Próprio	DISPOSITIVO DPS, CLASSE I E II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA 275V, CORRENTE MÁXIMA 60KA (IIMP.12,5KA IN: 30KA), INCLUINDO INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 9041/ORSE	un	4	196,32	242,65	970,60	0,68 %
15.1.1.7	73782/003	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 95 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6	78,93	97,55	585,30	0,41 %
15.1.1.8	73782/002	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4	50,25	62,10	248,40	0,17 %
15.1.1.9	73782/005	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO P/ 1 CABO DE COBRE DE 25 MM2 COM 1 FURO DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2	32,42	40,07	80,14	0,06 %
15.1.1.10	E-04.070	Próprio	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 7927 /ORSE	UN	14	3,55	4,38	61,32	0,04 %

15.1.1.11	92981	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	4	14,07	17,39	69,56	0,05 %
<b>15.1.2</b>			<b>QD 02</b>					<b>4.187,21</b>	<b>2,91 %</b>
15.1.2.1	E-02.001	Próprio	QUADRO GERAL DE DISTRIBUIÇÃO QGBT, MONTADO DE ACORDO COM A NBR 60439, DE SOBREPOR COM ACESSÓRIOS – COMP.REF.: 74131/8/SINAPI	un	1	1.634,41	2.020,13	2.020,13	1,41 %
15.1.2.2	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	433,65	535,99	535,99	0,37 %
15.1.2.3	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	11	12,66	15,64	172,04	0,12 %
15.1.2.4	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	5	13,98	17,27	86,35	0,06 %
15.1.2.5	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	20	15,56	19,23	384,60	0,27 %
15.1.2.6	E-02.016	Próprio	DISPOSITIVO DPS, CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA 275V, CORRENTE MÁXIMA 40KA, INCLUINDO INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 9042/ORSE	un	4	119,55	147,76	591,04	0,41 %
15.1.2.7	73782/002	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3	50,25	62,10	186,30	0,13 %
15.1.2.8	73782/005	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO P/ 1 CABO DE COBRE DE 25 MM2 COM 1 FURO DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2	32,42	40,07	80,14	0,06 %
15.1.2.9	E-04.070	Próprio	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 7927 /ORSE	UN	13	3,55	4,38	56,94	0,04 %
15.1.2.10	92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	4	14,91	18,42	73,68	0,05 %
<b>15.1.3</b>			<b>QD 03</b>					<b>3.288,42</b>	<b>2,29 %</b>
15.1.3.1	E-02.001	Próprio	QUADRO GERAL DE DISTRIBUIÇÃO QGBT, MONTADO DE ACORDO COM A NBR 60439, DE SOBREPOR COM ACESSÓRIOS – COMP.REF.: 74131/8/SINAPI	un	1	1.634,41	2.020,13	2.020,13	1,41 %
15.1.3.2	E-02.023	Próprio	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO PADRÃO DIN TRIPOLAR 63 A 70A, CAPACIDADE DE RUPTURA 10KA – COMP.REF.: 93673 /SINAPI	un	1	155,85	192,63	192,63	0,13 %
15.1.3.3	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	10	12,66	15,64	156,40	0,11 %
15.1.3.4	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	4	13,98	17,27	69,08	0,05 %
15.1.3.5	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	6	15,56	19,23	115,38	0,08 %
15.1.3.6	E-02.016	Próprio	DISPOSITIVO DPS, CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA 275V, CORRENTE MÁXIMA 40KA, INCLUINDO INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 9042/ORSE	un	4	119,55	147,76	591,04	0,41 %
15.1.3.7	E-04.070	Próprio	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 7927 /ORSE	UN	16	3,55	4,38	70,08	0,05 %
15.1.3.8	92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	4	14,91	18,42	73,68	0,05 %
<b>15.1.4</b>			<b>QD 04</b>					<b>3.292,37</b>	<b>2,29 %</b>
15.1.4.1	E-02.001	Próprio	QUADRO GERAL DE DISTRIBUIÇÃO QGBT, MONTADO DE ACORDO COM A NBR 60439, DE SOBREPOR COM ACESSÓRIOS – COMP.REF.: 74131/8/SINAPI	un	1	1.634,41	2.020,13	2.020,13	1,41 %
15.1.4.2	E-02.023	Próprio	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO PADRÃO DIN TRIPOLAR 63 A 70A, CAPACIDADE DE RUPTURA 10KA – COMP.REF.: 93673	un	1	155,85	192,63	192,63	0,13 %

			/SINAPI						
15.1.4.3	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	12,66	15,64	15,64	0,01 %
15.1.4.4	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	14	13,98	17,27	241,78	0,17 %
15.1.4.5	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	5	15,56	19,23	96,15	0,07 %
15.1.4.6	E-02.016	Próprio	DISPOSITIVO DPS, CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA 275V, CORRENTE MÁXIMA 40KA, INCLUINDO INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 9042/ORSE	un	4	119,55	147,76	591,04	0,41 %
15.1.4.7	E-04.070	Próprio	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 7927 /ORSE	UN	14	3,55	4,38	61,32	0,04 %
15.1.4.8	92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	4	14,91	18,42	73,68	0,05 %
<b>15.2</b>			<b>CONDULETES</b>					<b>6.930,32</b>	<b>4,82 %</b>
15.2.1	95778	SINAPI	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4	UN	13	29,91	36,96	480,48	0,33 %
15.2.2	95781	SINAPI	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1	UN	15	36,30	44,86	672,90	0,47 %
15.2.3	11815	ORSE	Condutele em alumínio tipo "C" de 2"	un	24	71,28	88,10	2.114,40	1,47 %
15.2.4	E-05.010	Próprio	CONDULETE EM ALUMÍNIO FUNDIDO PARA ELETRODUTO 3", TIPO T . FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – COMP.REF.: 83471/SINAPI	un	14	211,66	261,61	3.662,54	2,55 %
<b>15.3</b>			<b>ELETROCALHAS</b>					<b>3.461,96</b>	<b>2,41 %</b>
15.3.1	E-03.005	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA 100 X 50 MM COM TAMPA (REF. MOPA OU SIMILAR) – COMP.REF.: 8359/ORSE	m	27	56,79	70,19	1.895,13	1,32 %
15.3.2	E-04.030	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÃO FRANCESA SIMPLES 150 MM (REF. VL 1.35 VALEMAM OU SIMILAR) – COMP.REF.: 717/ORSE	un	15	17,72	21,90	328,50	0,23 %
15.3.3	E-04.019	Próprio	EMENDA INTERNA 100 X 50 MM COM BASE LISA PERFURADA PARA ELETROCALHA – COMP.REF.: 7878/ORSE	un	7	16,51	20,40	142,80	0,10 %
15.3.4	E-04.002	Próprio	CURVA HORIZONTAL 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90° (REF.: MOPA OU SIMILAR) – COMP.REF.: 7877/ORSE	un	1	30,81	38,08	38,08	0,03 %
15.3.5	E-04.074	Próprio	TAMPA DE ENCAIXE PARA CURVA 90°, HORIZONTAL, 100MM, ZINCADA, PARA ELETROCALHA METÁLICA - REF. COMP.: 12526/ORSE	UN	1	20,58	25,43	25,43	0,02 %
15.3.6	E-04.066	Próprio	CURVA DE INVERSÃO COM ÂNGULO 90°, 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, INTERLIGAÇÃO COM QUADRO GERAL (REF.: MOPA OU SIMILAR)	UN	1	55,12	68,12	68,12	0,05 %
15.3.7	E-04.076	Próprio	TAMPA DE ENCAIXE PARA CURVA DE INVERSÃO, 100MM, ZINCADA, PARA ELETROCALHA METÁLICA - REF. COMP.: 12525/ORSE	UN	1	15,49	19,14	19,14	0,01 %
15.3.8	E-03.010	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA 200 X 50 MM COM TAMPA (REF. MOPA OU SIMILAR) – COMP.REF.: 8360/ORSE	m	4,5	84,70	104,68	471,06	0,33 %
15.3.9	E-04.053	Próprio	TÊ HORIZONTAL 200 X 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR) – COMP.REF.: 7143 /ORSE	un	1	93,31	115,33	115,33	0,08 %
15.3.10	E-04.075	Próprio	TAMPA DE ENCAIXE 200MM PARA TÊ HORIZONTAL, ZINCADA, PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. COMP.: 12580/ORSE).	UN	1	26,04	32,18	32,18	0,02 %
15.3.11	E-04.067	Próprio	CURVA DE INVERSÃO COM ÂNGULO 90°, 200 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, INTERLIGAÇÃO COM	UN	1	90,62	112,00	112,00	0,08 %

			QUADRO GERAL (REF.: MOPA OU SIMILAR)						
15.3.12	E-04.077	Próprio	TAMPA DE ENCAIXE PARA REDUÇÃO CONCÊNTRICA 200 x 50mm para 100 x 50mm, ZINCADA, PARA ELETROCALHA METÁLICA - REF. COMP.: 12584/ORSE	UN	1	21,17	26,16	26,16	0,02 %
15.3.13	E-04.031	Próprio	REDUÇÃO CONCÊNTRICA 200 X 50MM / 100 X 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA – COMP.REF.: 8224 /ORSE	un	1	42,94	53,07	53,07	0,04 %
15.3.14	E-04.076	Próprio	TAMPA DE ENCAIXE PARA CURVA DE INVERSÃO, 100MM, ZINCADA, PARA ELETROCALHA METÁLICA - REF. COMP.: 12525/ORSE	UN	1	15,49	19,14	19,14	0,01 %
15.3.15	E-04.037	Próprio	SAÍDA HORIZONTAL DE ELETROCALHA PARA ELETRODUTO 2" – COMP.REF.: 063613/SBC	un	3	12,81	15,83	47,49	0,03 %
15.3.16	E-04.054	Próprio	TERMINAL 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR) – COMP.REF.: 8318/ORSE	un	1	20,35	25,15	25,15	0,02 %
15.3.17	E-04.057	Próprio	TERMINAL 200 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR) – COMP.REF.: 9989/ORSE	un	1	34,94	43,18	43,18	0,03 %
<b>15.4</b>			<b>ELETRODUTOS</b>					<b>19.052,52</b>	<b>13,26 %</b>
15.4.1	91863	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	92	12,53	15,48	1.424,16	0,99 %
15.4.2	91890	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	6	13,87	17,14	102,84	0,07 %
15.4.3	91875	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	16	8,47	10,46	167,36	0,12 %
15.4.4	91864	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	71	17,16	21,20	1.505,20	1,05 %
15.4.5	91917	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2	21,86	27,01	54,02	0,04 %
15.4.6	91876	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	9	10,21	12,61	113,49	0,08 %
15.4.7	93009	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	188	32,55	40,23	7.563,24	5,26 %
15.4.8	93020	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	9	30,92	38,21	343,89	0,24 %
15.4.9	93014	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	24	19,40	23,97	575,28	0,40 %
15.4.10	93011	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 85 MM (3"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	88	56,19	69,45	6.111,60	4,25 %
15.4.11	93024	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 85 MM (3"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	7	54,49	67,34	471,38	0,33 %
15.4.12	93016	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 85 MM (3"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	14	35,84	44,29	620,06	0,43 %

15.5			<b>CABOS</b>					<b>73.127,76</b>	<b>50,89 %</b>
15.5.1	101567	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	M	15	84,84	104,86	1.572,90	1,09 %
15.5.2	92987	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	97	46,51	57,48	5.575,56	3,88 %
15.5.3	101562	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	M	314	22,40	27,68	8.691,52	6,05 %
15.5.3	92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	179	14,91	18,42	3.297,18	2,29 %
15.5.4	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1570	9,24	11,42	17.929,40	12,48 %
15.5.5	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	4452	6,56	8,10	36.061,20	25,09 %
15.6			<b>DIVERSOS</b>					<b>19.720,76</b>	<b>13,72 %</b>
15.6.1	E-10.029	Próprio	PONTO DE ENERGIA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉTRICOS (FN + T) PARA CONDENSADORAS E SISTEMA DE VENTILAÇÃO, COM ELETRODUTO EM PVC RÍGIDO 1" APARENTE. ( 93144/SINAPI – AF_01/2016) – COMP.REF.:93144 /SINAPI	un	67	158,36	195,73	13.113,91	9,13 %
15.6.2	91180	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 1 1/2, FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE. AF_05/2015	M	440	6,98	8,62	3.792,80	2,64 %
15.6.3	1245	ORSE	Bucha de redução de pvc rígido roscável diâm = 3" x 2"	un	9	36,83	45,52	409,68	0,29 %
15.6.4	1238	ORSE	Bucha de redução de pvc rígido roscável diâm = 2" x 1" - Rev 01_10 /2022	un	10	15,37	18,99	189,90	0,13 %
15.6.5	1230	ORSE	Bucha de redução de pvc rígido roscável diâm = 1" x 3/4"	un	9	8,04	9,93	89,37	0,06 %
15.6.9	83388	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM PVC 3" OCTOGONAL	UN	3	12,77	15,78	47,34	0,03 %
15.6.10	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	M	50	20,19	24,95	1.247,50	0,87 %
15.6.11	90436	SINAPI	FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	UN	17	15,37	18,99	322,83	0,22 %
15.6.12	90437	SINAPI	FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	UN	11	37,33	46,13	507,43	0,35 %
				<b>Total sem BDI</b>			<b>116.308,38</b>		
				<b>Total do BDI</b>			<b>27.398,94</b>		
				<b>Total Geral</b>			<b>143.707,32</b>		

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Com vistas à ampliação da competitividade, aponta-se, o que reza o art. 23, § 1º, da Lei 8.666: § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.



9.2. A Súmula nº 274 do TCU expõe a necessidade da Administração observar nas licitações a possibilidade de parcelamento, quando técnica e economicamente viável: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9.3. O Tribunal de Contas da União, ainda, em seu ACÓRDÃO 732/2008 – PLENÁRIO, fez deliberações importantes quanto ao parcelamento e ao fracionamento do objeto a ser licitado.

138. A questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto. No caso vertente, como se trata de aquisição de tubos, conexões e equipamentos hidromecânicos para uma adutora, não vislumbramos qualquer impedimento para que o objeto seja parcelado, pois, a princípio, tratam-se de bens divisíveis pelas suas próprias características construtivas, diferentemente da construção de prédio ou de uma casa, cujas características construtivas, via de regra, recomenda que seja executado por uma mesma empresa.

139. Quanto à viabilidade econômica, realmente, contratos executados em um só lote costumam ter custos indiretos proporcionalmente menores, quando comparado com múltiplas contratações que abarquem o mesmo objeto, por conta da economia de escala. Mas esse tipo de contratação só resultará em benefício à Administração se estiverem presentes outras condições, não evidentes neste caso, como, por exemplo, da ampla competição entre interessados, por exemplo, que não se configurou, haja vista terem comparecido apenas 2 (duas) empresas interessadas no certame, das quais, uma não conseguiu sequer participar pelas razões já expostas.

140. É importante notar, também, que a economia de escala tipicamente associada às contratações mais volumosas encontra um contraponto na maior competição propiciada por licitações menores. Os ganhos decorrentes da ampliação da concorrência mediante a participação de empresas de menor porte ou mais especializadas não raro igualam ou superam os decorrentes da economia de escala, sobretudo em modalidades licitatórias que favorecem a ampla disputa entre os interessados, como no caso do pregão.

141. Como é fácil perceber, a análise da economicidade de uma contratação é tarefa complexa que depende de diversas variáveis. Por isso mesmo deve ser objeto de uma análise técnica cuidadosa, o que, ao nosso ver, não foi realizado pelo DNOCS, ante a apresentação da Nota Técnica Nº002-DI/2007, que foi elaborada para esclarecer os pontos levantados pela Procuradoria Federal, no Parecer 190/PGF/PF/DNOCS/CAJ/ATPB/2007. Dentre outras questões ali contidas, a aludida nota dedica um tópico às justificativas para a adoção do lote único ao invés de menor preço por lote. Consideramos, então que não há nos autos estudos realizados pelo DNOCS com o nível de detalhamento adequado, a fim de possibilitar uma análise acurada, objetivando que se conclua pela a viabilidade ou não do parcelamento do objeto.

142. Desta forma, quando não houver viabilidade de divisão do objeto, a Administração deve demonstrar de forma expressa e clara que o parcelamento não será a melhor alternativa. O voto do Ministro - Relator, quando do Acórdão no 358/2006 - Plenário, é claro nesse sentido:

"Sobre o parcelamento (...), tem-se que ele está previsto no §1º, do art. 23, da Lei no 8.666/93, constituindo-se como regra. Embora sua adoção não constitua medida inafastável, pois não deve implicar perda de economia de escala, há que se realizar sempre prévia avaliação técnica e econômica antes de descartá-la.

... Assim, em todas as aquisições, cumpre à Administração demonstrar cabalmente que o parcelamento não se mostra como melhor opção técnica e econômica, de maneira a autorizar a perda da competitividade decorrente de sua não utilização."

9.4. Parcelamento (agrupamento dos itens): A adjudicação será realizada pelo preço global porque a divisão do objeto causaria prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

9.5. O projeto contempla o fornecimento e instalação de infraestrutura elétrica para alimentação de equipamentos de ar condicionado fornecidos e instalados por meio do processo SEI 35014.171390/2021-60. O parcelamento destas atividades acarreta em prejuízos para a administração, pois na óptica técnica, é oportuno que o fornecimento e instalação dos materiais estejam sob a responsabilidade da mesma empresa, facilitando o acionamento da garantia da execução dos serviços.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Vigilância: providenciar o controle do acesso ao edifício a fim de proteger o patrimônio do órgão, sendo de responsabilidade da contratada para o objeto principal desse estudo a guarda dos materiais, ferramentas, equipamentos necessários para o cumprimento de suas obrigações até o recebimento definitivo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida tem como objetivo aperfeiçoar a aplicação de recursos que envolvem as ações relativas à contratação da cesta básica de contratos, gasto eficiente, fomento do conhecimento e melhoria da gestão, do direcionador estratégico.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O principal e prioritário resultado pretendido na contratação é manter a qualidade do ar no interior da unidade, proporcionando um conforto térmico adequado, consequentemente com um aumento do bem estar, produtividade e inibindo um possível absenteísmo.

12.2. Ressalta-se que na pretensa contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e demais ações de utilização de equipamentos que respeitem o meio ambiente.

12.3. Ademais, a presente contratação se mostra eficaz, uma vez que a Administração já está alinhada com a padronização pretendida pela SR-SUL, trazendo com isso mais eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços à clientela previdenciária, bem como nos mecanismos de controle, fiscalização e gestão do contrato, objeto do presente.

12.4. A fiscalização técnica do contrato avaliará a execução do objeto de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA: não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. O INSS nomeará servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Setorial e Fiscal Administrativo, nos termos da IN/SEGES/MP nº05/2017, para atuação da gestão e fiscalização contratual, além de outros atores e substitutos que julgarem necessários a perfeita execução do objeto do presente Estudo.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não vislumbramos grandes riscos potenciais de impactos ambientais para a referida contratação, desde que rigorosamente observadas as precauções abaixo elencadas, que deverão ser observadas e seguidas.

14.2. Deverá a CONTRATADA selecionar os métodos de remoção dos poluentes que deixem o sistema limpo, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.
- Realizar programas internos de treinamento de seus empregados, para redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- Os materiais de consumo utilizados para limpeza, tais como desengraxantes, desincrustantes e bactericidas, deverão ser biodegradáveis e aprovados nos órgãos fiscalizadores.
- Se necessária a utilização de óleos lubrificantes, após seu uso, deverão ser recolhidos e armazenados em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, adotando as medidas necessárias para evitar que venham a serem misturados com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem. Após isso, deverá ser providenciada sua coleta através de empresa devidamente autorizada e licenciada pelos órgão competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Considerando as informações do presente estudo, a Equipe de Planejamento, conforme a PORTARIA CONJUNTA Nº 01/COFL - SR-III/INSS, DE 12 DE JANEIRO DE 2023 entende-se que a presente contratação se configura técnica e economicamente VIÁVEL.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LILIAN SARTOR FOGACA**

Membro da comissão de contratação

**MARISETE MARIA BASSANESI BATISTA**

Analista do Seguro Social

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PORTARIA\_COFLSRSULINSS\_NA\_\_17\_DE\_28\_DE\_MARA\_u2021O\_DE\_2023.pdf (156.89 KB)
- Anexo II - MTR\_Pelotas.PDF (830.18 KB)
- Anexo III - Croqui\_Pelotas.pdf (2.15 MB)
- Anexo IV - SEI\_11806940\_Relatorio.pdf (51.0 KB)

**Anexo I -  
PORTARIA\_COFLSRSULINSS\_NA\_\_17\_DE\_28\_DE\_MAR/  
pdf**



**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**Superintendência Regional Sul**  
**Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística**

**PORTARIA COFL/SRSUL/INSS Nº 17, DE 28 DE MARÇO DE 2023**

Autoriza a realização de licitação e contratação com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

O COORDENADOR DE GESTÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - **INSS**, no uso da competência que lhe confere o art. 237 do Anexo da Portaria PRES/INSS nº 1.532, de 8 de dezembro de 2022, que aprova o Regimento Interno do INSS, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.101580/2023-81.

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, nos termos e para os fins do que dispõe o art. 2º, § 1º da Portaria Seges/MGI nº 720, de 15 de março de 2023, a realização das licitações e contratações, que estão na presente data em fase preparatória, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme o caso, objeto dos seguintes Processos Administrativos:

- I - nº 35014.510462/2022-80, referente à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância motorizada por meio de ronda na gleba Juvevê em Curitiba - PR;
- II - nº 35014.440868/2022-98, referente à Contratação de seguro total para veículos da SRSUL;
- III - nº 35014.535950/2022-08, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Apoio Administrativo para a Coordenação de Orçamento, Finanças e Logística e, Gerências Executivas da SRSUL;
- IV - nº 35014.522065/2022-51, referente à Aquisição de materiais de consumo para atender às necessidades da Superintendência Regional Sul e suas unidades vinculadas;
- V - nº 35014.022869/2023-35, referente à Contratação de serviços de locação de veículos, de forma contínua e por demanda, com e sem cessão de motorista devidamente habilitado, com ou sem dedicação exclusiva, para transporte de passageiros e/ou materiais para atender as demandas das Gerências Executivas em Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá, e Ponta Grossa, no estado do Paraná e Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, vinculadas à Superintendência Regional Sul - INSS;
- VI - nº 35014.040127/2023-91, referente à Dispensa de Licitação emergencial para contratação serviço de locação de veículos, de forma contínua, com cessão de motorista

devidamente habilitado, com dedicação exclusiva, para transporte de passageiros e/ou materiais, a fim de atender as demandas das seguintes Gerências Executivas em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo, vinculadas à Superintendência Regional Sul;

VII - nº 35014.028876/2023-41, referente à Contratação de serviços de controle de pragas urbanas, conforme necessidades constatadas nos prédios das unidades abrangidas pela Superintendência Regional Sul, localizadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

VIII - nº 35014.112526/2023-61, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Desinfecção, que assumirá o contrato do Polo V (Gex Canoas, Novo Hamburgo e Porto Alegre/RS);

IX - nº 35014.298355/2021-97, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia para realizar uma REFORMA no imóvel do INSS situado na Bento Gonçalves, 192, Centro, Panambi/RS, onde reinstalaremos a Agência da Previdência Social - APS Panambi;

X - nº 35014.065485/2020-64, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia para realizar uma OBRA DE REFORMA com adaptações no imóvel próprio situado na Rua Rodolfo Dick, 129 – Campo Bom/RS, onde reinstalaremos a Agência da Previdência Social - APS Campo Bom;

XI - nº 35014.386997/2021-42, referente à Contratação de Reforma Geral da APS Venâncio Aires/RS;;

XII - nº 35014.111662/2023-34, referente à Contratação de Reforma Geral da nova sede da GEX/APS Novo Hamburgo/RS;

XIII - nº 35014.398019/2021-43, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia para execução de PPCI no imóvel próprio situado na Rua Cândido Lopes, nº 270 – Curitiba/PR, Agência da Previdência Social - APS Cândido Lopes.

XIV - nº 35014.130931/2022-81, referente à Contratação de PPCI na APS Videira/SC;

XV - nº 35014.342594/2020-19, referente à Contratação de de PPCI na sede da APS/GEX Criciúma/SC;

XVI - nº 35014.267518/2020-17, referente à Contratação de PPCI na sede da APS/GEX Uruguaiana/RS;

XVII - nº 35014.110015/2023-13, referente à Contratação de Reforma das instalações elétricas da APS Pelotas/RS;

XVIII - nº 35014.482922.2022-72, referente à Contratação de manutenção de ar condicionado - POLO II;

XIX - nº 35014.090962/2020-20, referente à Permuta do imóvel da APS Guarapuava/PR;

XX - nº 35014.362945/2021-81, referente à Permuta de imóveis da cidade de Porto Alegre/RS;

XXI - nº 35014.329004/2022-16, referente à Permuta de imóveis da cidade de Florianópolis/SC;

XXII - nº 35014.356388/2021-69, referente à Permuta de imóveis da cidade de Curitiba/SC;

XXIII - nº 35014.084056/2022-58, referente à Permuta do imóvel da antiga APS Florianópolis-Continente/SC;

XXIV - nº 35014.472791/2021-34, referente à Permuta do imóvel da APS Tubarão/SC;

- XXV - nº 35014.335098/2021-81, referente à Permuta do imóvel da APS Joaçaba/SC;
- XXVI - nº 35014.233500/2021-94, referente à Permuta do imóvel da APS Paranavaí/PR;
- XXVII - nº 35014.093622/2020-51, referente à Permuta do imóvel da APS Cruz Alta/RS;
- XXVIII - nº 35014.224305/2021-73, referente à Permuta do imóvel da APS São Sebastião do Caí/RS;
- XXIX - nº 35014.229540/2021-31, referente à Permuta de uma quadra da Gleba Juvevê em Curitiba em troca de imóveis para substituição de prédios locados;
- XXX - nº 35014.523450/2022-15, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de laudo técnico para fins de pagamento do adicional de insalubridade aos servidores em exercício nas Agências da Previdência Social da Superintendência Regional Sul;
- XXXI - nº 35014.100292/2020-67, referente à Contratação de serviços de demolição de imóveis reintegrados e atendimentos a demandas judiciais de propriedade do INSS, nos terrenos / quadras da Gleba Juvevê, localizada no Bairro Cabral em Curitiba/PR;

Parágrafo único. Para que os processos licitatórios e contratações autuados sejam regidos, conforme o caso, pela Lei nº 8.666, de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 2002, as respectivas publicações deverão ocorrer até 31 de dezembro de 2023, de acordo com o entendimento contido no subitem 9.2.1 do Acórdão nº 507/2023-TCU-Plenário.

Art. 2º O regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, fixado pela Portaria Seges/MGI nº 720, de 2023, e o posicionamento do Tribunal de Contas da União, expresso por meio de seu Plenário no Acórdão nº 507/2023, deverão ser observados pelos setores responsáveis pela instrução processual e contratação nesta Superintendência Regional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO MARCOS RIBEIRO**

Coordenador - COFL SRSUL



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS RIBEIRO, Coordenador(a) de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística**, em 28/03/2023, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11120111** e o código CRC **C23C5CFF**.



## **Anexo II - MTR\_Pelotas.PDF**



Valide aqui  
a certidão.



2º REGISTRO  
DE IMÓVEIS

PELOTAS - RS



MARTIANE JAKUES LA FLOR - OFICIAL REGISTRADORA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, a pedido da parte interessada e no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que, revendo o arquivo deste 2º Registro de Imóveis de Pelotas-RS, no Livro número **3-AI**, folha 261, sob o número **38.151**, em 15 de outubro de 1968, consta o registro da Escritura Pública de Compra e Venda, referente ao imóvel, localizado no Distrito de Pelotas, a saber: "Um terreno, com 2.402 (dois mil, quatrocentos e dois) metros quadrados e 96 (noventa e seis) decímetros quadrados, da quadra número 7 (sete), medindo 61 (sessenta e um) metros e 30 (trinta) centímetros de frente ao leste com a rua Barroso, por 39 (trinta e nove) metros e 20 (vinte) centímetros na extensão da frente aos fundos ao sul, por um lado, e do outro lado, ao norte, 39 (trinta e nove) metros e 20 (vinte) centímetros, na extensão da frente aos fundos, confrontando ao sul com a rua Barão de Butuy onde forma esquina com a dita rua Barroso e ao norte com a rua Princeza Izabel, que também forma esquina com a rua Barroso, entestando aos fundos com propriedade da entidade outorgante vendedora." **TRANSMITENTE**: Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição; instituição de caridade fundada em 7/9/1855, representado pelo presidente de seu Conselho Diretor, Adriano Pinto Ortiz, e tesoureiro, José Assis Corrêa. **ADQUIRENTE**: Instituto Nacional de Previdência Social; entidade autárquica, criada pelo Decreto-Lei nº 72, de 21/11/1966, doravante denominado apenas INPS, representado pelo agente nesta cidade Tomaz Soares Vieira. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura pública lavrada em 15 de outubro de 1968, no 2º Tabelionato desta cidade, pelo ajudante substituto Roberto Antonio Lamas. **TÍTULO DE TRANSMISSÃO**: Compra e venda. **VALOR**: NCr\$140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros novos). **CONDIÇÕES**: Nenhuma. **REGISTRO ANTERIOR**: Vide nº 38.149 fs 260 d/ Livro e nº 38.010, fs 228, também dêste Livro. **AVERBAÇÕES**: Observação: O imóvel descrito fica compreendido no quarteirão formado pelas ruas Princeza Izabel, antiga São Francisco, Barroso, antiga das Fontes, Barão de Butuy, antiga Regeneração, e Santa Cruz, antiga Sêro Largo, frente ao leste; Certifico que, em virtude da petição datada de 17 de janeiro de 1975 e certidão da Prefeitura Municipal local, arquivadas neste Ofício, averbei nesta transcrição a construção de um prédio com tres pavimentos, com um total de 28 aberturas, sob o nº 316 da rua Barão de Butuí, o mesmo faz frente pela rua Almirante Barroso com 30 aberturas e pela rua Princesa Isabel, com 28 aberturas, com a área construída de 5.434m<sup>2</sup>, tendo recebido o habite-se conforme alvará nº 2.948 de 28/12/1971. - Dou fé que o referido é verdade. Pelotas, 26 de maio de 1975. Nercy Oliz, escrevente. Custas: Cr\$ 5,10. O Oficial: Francisco S. Fernandes; Certifico que, conforme requerimento datado de 10 de julho de 1981, acompanhado de documentos comprobatórios, arquivados neste Cartório, consta que o adquirente ao lado mencionado,

... segue no verso ...

Valide a certidão clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/GLDAR-QBL4B-GZU4J-MPPS5>



Valide aqui  
a certidão.



2º REGISTRO  
DE IMÓVEIS

PELOTAS - RS



MARTIANE JAKUES LA FLOR - OFICIAL REGISTRADORA

... folha 1V ...

atualmente, denomina-se Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS. Dou fé que o referido é verdade. Pelotas, 13 de julho de 1981. João Francisco Carril Pereira. Escrevente. Custas Cr\$ 54,00. O Oficial: Francisco S. Fernandes; e Vide Transporte Livro 3-AU, fs. 096, d/ Cartório, conforme segue: Certifico que, em virtude de requerimento datado de 12/04/1993, acompanhado de documentos comprobatórios, arquivados neste Ofício, consta que o adquirente Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social IAPAS, passou a denominar-se Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Dou fé que o referido é verdade. Pelotas, 06 de outubro de 1993. Giovana Milena Mancini, escrevente. Custas: Cr\$ 621,00. O Oficial: Francisco S. Fernandes.

**CERTIFICO**, por fim, que não existe protocolo em vigor que estabeleça prioridade ou preferência para terceiros.

**OBSERVAÇÃO:** O imóvel descrito nesta certidão ainda encontra-se registrado no sistema de Transcrição das Transmissões, realizado nos termos do Decreto nº 4.857/39, e será objeto de matrícula própria por ocasião da solicitação de abertura de matrícula ou do primeiro ato de registro, conforme o artigo 176, § 1º, I, da Lei nº 6.015/73. Logo, até a prática do ato de abertura de matrícula, o registro sob o sistema de transcrição permanece válido e eficaz. Esta certidão não contém emendas nem rasuras.

**O referido é verdade e dou fé.**

**Pelotas, 18 de maio de 2023- 16:31:04**

**Rebeca Albertina Hübner**  
**Escrevente Autorizada**

Certidão Trans. 38.151 Livro 3AI Folha 261 - 2 páginas:  
Nihil (0429.00.2200001.11059 = Nihil)  
Busca em livros e arquivos: Nihil (0429.00.2200001.11059 =  
Nihil)  
**TOTAL: Nihil Cod. 207342 - RAHNE: A 137450**



A consulta estará disponível em até 24h  
no site do Tribunal de Justiça do RS  
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>  
Chave de autenticidade para consulta  
**101592 53 2023 00022317 07**

Valide a certidão clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/GLDAR-QBL4B-GZU4J-MPPS5>

onr

Documento assinado digitalmente  
[www.registradores.onr.org.br](http://www.registradores.onr.org.br)

saec



Serviço de Atendimento  
Eletrônico Compartilhado

## **Anexo III - Croqui\_Pelotas.pdf**





ores desta fachada deverão ficar acima fixados na parede, em suporte próprio.



CONDENSADORAS:		
ÍCONE:	DESCRIÇÃO:	QUANT.
	CONDENSADORES CAP. 18 E 35K BTUS, INVERTER, Q/F	19 UN.
	CONDENSADORES CAP. 12K BTUS, INVERTER, Q/F	16 UN.

OBS: PARA  $\geq 19,05$  OU MAIOR, NÃO UTILIZAR TUBOS RECOZIDOS

PAV. TÉRREO



Fixar os condensadores em suportes próprios,  
ABAIXO da altura das janelas.

CONDENSADORAS:		
ÍCONE:	DESCRIÇÃO:	QUANT.
	CONDENSADORES CAP. 36K BTUS, INVERTER, Q/F	02 UN.
	CONDENSADORES CAP. 12K E 18K BTUS, INVERTER, Q/F	12 UN.

**OBS: PARA  $\leq 19,05$  OU MAIOR, NÃO UTILIZAR TUBOS RECOZIDOS**

GERÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
PELOTAS - RS

	<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b> INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SIA - FUNDAÇÃO/RS SERVIÇO DE ENFERMAGEM E PATOLOGIA IMOBILIÁRIO	
	GERÊNCIA E AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - PELOTAS	
DATA: _____ EXETER: _____ RUA BARÃO DE BUTUÍ, 316 - PELOTAS - RS	CLIM 02/03	
PONTOS: _____ INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 07 29 295 1001 / 082 100	GERVASO CAR: _____ ASSINTE DE PLANTIA: _____ TAFRIC TOSCHER 08 29 295 1001 / 082 1001 (08 29 295 1001 / 082 1001)	FARMACIA: _____
ESCALA: _____ DATA: _____ INDICADA: _____ DEZ/2021	AGENTE: _____ CLIMATIZAÇÃO DA GERÊNCIA E AGÊNCIA DE PELOTAS	





Rua Almirante Barroso

**OBS: PARA  $\geq 19,05$  OU MAIOR, NÃO UTILIZAR TUBOS RECOZIDOS**

- CLIM  
03/03

**Anexo IV - SEI\_11806940\_Relatorio.pdf**





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Superintendência Regional Sul  
Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística  
Divisão De Engenharia e Patrimônio Imobiliário

**Relatório**

**RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA**

**Imóvel: Gerência Executiva e APS Pelotas – GEXPEL**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**OBJETIVO:** Verificar as condições das instalações elétricas do imóvel, situado R. Alm. Barroso, 1883 - Centro, Pelotas;

**INTERESSADO/ SOLICITANTE:** Gerência Executiva do INSS em Pelotas/RS;

**FINALIDADE DA AVALIAÇÃO:** Subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, a elaboração de projeto para adequação das instalações elétricas para alimentação das máquinas de ar condicionado do prédio;

**METODOLOGIA:** Vistoria do imóvel; Registro Fotográfico;

**PRESSUPOSTOS E RESSALVAS:** não se aplica

**2. DADOS DO IMÓVEL**

**ENDEREÇO DO IMÓVEL:**

**IMÓVEL:** Prédio de 03 pavimentos - uso institucional ocupado por GEX e APS;

**PROPRIETÁRIO:** Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

**DOCUMENTAÇÃO:** Ver a Documentação cartorial documento SEI n.º 11807601;

**3. VISTORIA AO IMÓVEL**

**3.1. INTRODUÇÃO**

Foram instalados novos aparelhos de ar condicionado nos três pavimentos do prédio, processo SEI 35014.171390/2021-60. Devido à nova distribuição dos aparelhos, será necessária a adequação das instalações elétricas. A vistoria ao local ocorreu em abril de 2023 com a presença de Ayres (responsável da empresa Santos Carneiro, contratada para manutenção do prédio).

### **3.2. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

**ENTRADA DE ENERGIA:** Entrada em média tensão, subestação interna com transformador de 300KVA.

**QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO:** Os quadros de distribuição não têm condições de suportar a carga solicitada pelos aparelhos de ar condicionados instalados.

**ILUMINAÇÃO (INTERNA E EXTERNA):** Não se aplica.

**INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DA REDE ELÉTRICA INTERNA:** A infraestrutura existente não tem condições de atender o sistema de ar condicionado.

**RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS:** Instalar quadros novos e toda a infraestrutura elétrica para atender as novas máquinas.

### **4. CONCLUSÃO**

Elaboração de Projeto para adequar as instalações elétricas do prédio atendendo o layout das novas máquinas de ar condicionado. Com o objetivo de evitar a quebra do forro foi estudado um percurso para a infraestrutura com menos impacto no ambiente.

### **7. ANEXOS**

Anexo I: Registro Fotográfico do imóvel - documento SEI n.º 11807753;

Anexo II: Documentação do imóvel – documento SEI n.º 11807601 ;

Anexo III: Croqui - documento SEI n.º 11720207.

Florianópolis/ SC, 23 de maio de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação, conforme a **PORTARIA DIVOFL - SR-III/INSS N° 286, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021**

**GERSON SBRUZZI**

Analista de Seguro Social – Engenheiro Eletricista  
DENGPAI /SR-III – Matrícula 1337989

**LILIAN SARTOR FOGAÇA**

Analista de Seguro Social – Engenheira Civil  
DENGPAI /SR-III – Matrícula 1778607

**FABRÍCIO TODESCHINI**

Analista de Seguro Social – Engenheiro Mecânico  
DENGPAI /SR-III – Matrícula 1637175

